

**Entre Cartas: uma contribuição para o estudo da Revolução de 1924 em São Paulo
e de suas ligações com a Coluna Miguel Costa Prestes**

MARIA CLARA SPADA DE CASTRO*

Introdução

Este trabalho inicialmente buscava compreender, principalmente, por meio de cartas trocadas entre os rebeldes, como se deu a formação da chamada Coluna Miguel Costa Prestes a partir de suas ligações com a revolta tenentista de 1924 na cidade de São Paulo. Todavia, com o andamento da pesquisa vimos que era necessário ampliar seu recorte para os outros levantes da década de 1920 que antecederam a Coluna como o Levante do (18 do) Forte de Copacabana e as revoltas de 1924 (São Paulo e interior do estado, Aracaju, Manaus, Belém, Bela Vista – MT, Santo Ângelo, São Borja, Uruguaiana, Alegrete, Encouraçado São Paulo – RJ), para melhor compreender sua formação. Isso se deu, pois os integrantes da Coluna são provenientes desses múltiplos movimentos.

Tendo como objeto de estudo os participantes destes movimentos, sejam eles civis ou militares, buscamos compreender as correntes políticas presentes, bem como sua composição social. Logo, questões como *de onde vieram estes sujeitos? como se inseriram no meio militar? de que forma se relacionavam no dia-a-dia?* permeiam o trabalho. Sendo assim, pretendemos abordar, na medida do possível, as trajetórias individuais dos remetentes e destinatários para uma melhor compreensão dos nossos sujeitos, de suas relações, redes e sociabilidades.

As 432 cartas principais estudadas estão contidas no Arquivo do Estado de São Paulo e são datadas desde um pouco antes da revolta dos tenentes paulistas em 1924 e se estendem até o exílio da Coluna na Bolívia em 1927. Estas serão utilizadas em diálogo com as correspondências localizadas em alguns fundos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), do Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social (AEL) da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, do Arquivo Público Mineiro e do Arquivo Público do

* Mestranda em História pela Universidade Federal de São Paulo, bolsista Capes. E-mail: clara.spadacastro@gmail.com

Ceará. Ainda utilizamos outras fontes como livros de memórias e o jornal *O Libertador*, que foi publicado pela Coluna em doze números.

Essa tentativa de compreender os rebeldes a partir de suas individualidades busca extrair das cartas informações sociais dos envolvidos que outras fontes já estudadas e utilizadas pela historiografia acerca do tema não permitem vislumbrar. Como aponta Vavy Pacheco Borges "é preciso se reexaminar todas as manifestações que foram vistas como "tenentismo", para uma explicação mais satisfatória sobre esse momento" (BORGES, 1985: 142).

Nossa busca pela análise das trajetórias e experiências individuais, tenta compreender melhor as várias correntes dentro desse(s) movimento(s) presentes, por exemplo, nas principais lideranças: em uma posição mais conservadora, com Juarez Távora que inclusive chegou a ser Ministro dos Transportes nos primeiros governos da Ditadura Militar Brasileira, e outras mais populares, nas figuras de Luiz Carlos Prestes (posteriormente filiado ao Partido Comunista do Brasil), Siqueira Campos e Miguel Costa. Estas constatações poderão contribuir para identificação (ou não) de uma continuidade de ideias e para a reflexão acerca do conceito "tenentismo" tido como fato histórico unificado, pelo menos neste período de 1922 a 1927.

Tenentes (?), mas não só

Os agentes nos quais nos preocupamos são aqueles que de alguma forma participaram e contribuíram para os movimentos que ficaram conhecidos como tenentistas ao longo da década de 1920, não se limitando às lideranças, origem social, gênero ou profissão.

Os chamados "tenentes" eram em boa parte militares possuidores da patente média de tenente, mas também possuíam outras patentes, ou ainda, não as possuíam como no caso dos operários e profissionais liberais que se envolveram nestes movimentos caracterizados apenas como militares.

Como ponto de partida, vemos soldados como trabalhadores que praticavam um ofício:

Os estudiosos raramente examinam os soldados sob a rubrica de trabalhadores, e tampouco comparam o trabalho forçado realizado por muitos soldados a outras formas de trabalho compulsório como escravidão

(...). Os soldados são tradicionalmente retratados pela história social como os partidários menores do Estado que oprimem vítimas mais corriqueiras da coerção estatal (...). No Brasil muitos soldados também foram "vítimas" diretas da coerção estatal. Antipatias políticas e teóricas levaram estudiosos a retratar os soldados como fantoches do Estado ou da classe capitalista. Embora "agentes" do Estado, os soldados mantiveram seu agency ou o seu poder, dentro dos limites de sua condição, de escolher a cooperar com sua instituição ou não. (BEATTIE, 2009: 196).

Conforme os estudos de Marcelo Badaró Mattos acerca dos manuscritos de Karl Marx, entende-se por proletariado "todos aqueles que nada possuem, ou melhor, não possuem outra forma de sobreviver, numa sociedade de mercadorias, do que vender, também como mercadoria, a sua força de trabalho" (MATTOS, 2013: 90). Embora os trabalhos destes soldados não produzissem mais-valia diretamente, caracterizando-se como improdutivo, segundo Marx "não há porque restringir a definição de classe ao trabalho produtivo" (MATTOS, 2013: 93).

As tarefas realizadas por estes indivíduos se relacionavam obviamente com a vida militar: rondas, trabalhos burocráticos, limpeza, manutenções de armas e instalações. Outros soldados ainda preparavam alimentos, cuidavam de doentes em enfermarias ou tratavam de cavalos em unidades de cavalaria. Soldados "artesãos" tinham funções de pedreiros, encanadores, carpinteiros, fabricantes de armas, ferreiros, curtidores e alfaiates. Em fins do século XIX, ainda realizavam funções de polícia ou trabalhavam junto com escravos públicos nos depósitos de pólvora e fundições, bem como em obras públicas de estrada de ferro e linhas telegráficas (BEATTIE, 2009: 246-247).

Esses trabalhadores militares possuíam estreitas relações com operariado, conforme pudemos verificar em trabalho anterior acerca da chamada Revolução de 1924 (CASTRO, 2013). Populares auxiliavam os soldados entrincheirados nas ruas, membros do Partido Comunista Brasileiro, organizações sindicais e anarquistas tiveram participação ativa no movimento, tendo em vista o inimigo em comum: o governo ditatorial de Arthur Bernardes.

Apesar de a revolta de 1924 em São Paulo se apresentar como militar, tendo em vista suas lideranças e grande parte dos envolvidos, ela contou, no decorrer de seu planejamento e execução, com outros componentes. Inicialmente a discussão a respeito

da participação ou não de civis no movimento provocou divisões entre os militares (CORREA, 1976: 83), sendo que alguns achavam indispensável o envolvimento popular e outros temiam pela segurança da revolta, pois o envolvimento de um grande contingente de pessoas chamaria a atenção da vigilância do governo que buscava a instauração da ordem.

Segundo Everardo Dias, jornalista, importante militante do movimento operário, preso durante a presidência de Artur Bernardes sob a acusação de conspirar contra o governo e que foi procurado pelos tenentes para que mobilizasse o apoio do proletariado do Rio de Janeiro, a baixa adesão dos operários ao movimento se deu por conta de que a maioria dos sindicatos era vigiada pela polícia:

bastava que se anunciasse um assembleia para tratar de assuntos de interesse imediato [...] para que as autoridades se alarmassem e comesçassem as prisões, pois estávamos sob o regime de estado de sítio e plena impunidade policial para praticar arbitrariedades. O proletariado não dispunha mais da força e coesão que tinha em 1919, por exemplo, pois suas fileiras haviam sido dizimadas pelas deportações justamente dos elementos mais firmes e resolutos e os que restaram não queriam expor-se a maiores sofrimentos. (DIAS, 1962: 133)

Acerca de outros apoios, Everardo Dias afirma que:

Procurei [...] um entendimento com elementos dirigentes do Partido Comunista do Brasil, que controlava certo números de sindicatos [...] Também procurei outros líderes de Uniões e Alianças Operárias [...] mas notei fraca aceitação, todos alegando que qualquer assomo de agitação redundaria no fechamento dos sindicatos e prisão subsequente. (DIAS, 1962:134)

Simultaneamente, os conspiradores militares procuraram e obtiveram o apoio de Oiticica nas organizações de orientação anarquista e iniciaram os contatos com Evaristo de Moraes em busca do apoio da Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB), dirigida por Sarandí Raposo, que exercia o controle dos ferroviários e dos mineiros dos três Estados do extremo sul do país.

Por fim, o Partido Comunista do Brasil (PCB) se comprometeu a apoiar o esforço para derrubar o inimigo comum, Bernardes, e ajudou a armar os operários e a imprimir circulares em favor do movimento. Todavia, a conspiração foi denunciada por espiões do Chefe de Polícia Carneiro da Fontoura. Em consequência, a partir de abril de 1924, diversos oficiais do Exército e da Marinha foram presos (DULLES, 1977: 194).

Segundo Edgard Rodrigues (RODRIGUES, 1976: 227), os anarquistas em São Paulo, no desenrolar da revolução, reuniam-se diariamente em busca de uma maneira que lhes permitisse participar do movimento sem comprometer seus ideais. Propuseram ao general Isidoro que fornecesse as armas para que os anarquistas formassem um batalhão civil autônomo, sem a disciplina e a interferência militar. O general não concordou com a proposta e, no entanto, os anarquistas continuaram a apoiar o movimento como podemos identificar no jornal *A Plebe*:

Não podemos, sem transigir com os nossos princípios, deixar de olhar o movimento revolucionário triunfante com devida sympathia porque, vigorando os fins que o determinaram, muito aproveitaremos na propaganda dos nossos ideais de emancipação humana. [...] Já que não contamos com uma força consciente e moral no seio das classes trabalhadoras e populares para fazermos uma revolução genuinamente "nossa", entendemos que, como diz Malatesta, devemos contentar-nos com fazer uma revolução o mais "nossa" que seja possível, favorecendo e participando moral e materialmente, a todo movimento directo no sentido da justiça e da liberdade.¹

Os civis que apoiaram e participaram do movimento se identificaram, de fato, com a política de oposição dos militares ao governo de Arthur Bernardes, que descontentes com a organização do governo chegaram à constatação da necessidade de se realizar um movimento amplo, que visasse à conquista do poder (CORREA, 1976: 83).

Intensificado em reação ao bombardeamento dos bairros operários paulistanos em julho de 1924 esse envolvimento civil chegou a ser bastante sistematizado. Estrangeiros recém-chegados da Europa contribuíram com seus conhecimentos e habilidades adquiridos na Primeira Guerra Mundial organizando batalhões por nacionalidades (Alemão, Húngaro e Italiano) de maneira independente dos militares

¹ O caracter da Revolução. *A Plebe*, São Paulo, 28 de jul. 1924, p. 1.

brasileiros. Estes, "além de combater, eram encarregados do conserto de canhões, metralhadoras, automóveis [...] Também foram incumbidos da fabricação de carros blindados, de granadas, etc., o que evidencia haver entre eles um alto grau de especialização" (AQUINO, 1995: 83). O fato de terem constituído batalhões organizados por nacionalidades, facilitando o relacionamento e a comunicação entre seus componentes, já nos mostra alguma experiência militar.

Para Laura Cristina M. Aquino, a participação de estrangeiros na rebelião de 1924 deve ser examinada menos na quantidade dos que se alistaram, e mais na qualidade dessa participação e na repercussão que ela teve no momento (AQUINO, 1995: 60-61). Quando da retirada das tropas da cidade de São Paulo, consta que boa parte destes batalhões seguiram os revoltosos em direção a Coluna de Prestes. Ítalo Landucci, por exemplo, um dos líderes do Batalhão Italiano, se exilou na Bolívia junto com outros combatentes ao final da marcha.

Este envolvimento civil nos estimula a pensar que as instituições militares não podem ser pensadas isoladamente da sociedade, "elas fazem parte dos movimentos ocorridos na nação como um todo". Essa relação entre exército e sociedade não estava presente somente quando alguma desavença política acontecia, de cima para baixo, provocando mudanças no cotidiano das pessoas: "ela era permanente, marcada por solidariedades e conflitos reveladores de valores e costumes, que tinham história" (NASCIMENTO, 2002: 243).

Política de recrutamento e origem social

Segundo Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay, organizadores do livro *Nova história militar brasileira*, "apesar da abundância dos registros funcionais sobre oficiais e soldados que as instituições militares vêm mantendo pelo menos desde o século XIX, estamos ainda longe de entender a origem social do pessoal militar no Brasil" (CASTRO, 2004: 28) e é nesse sentido que a utilização de prosopografias visa contribuir.

É inegável o interesse prosopográfico de se aproximar da diversidade de trajetórias e das experiências individuais, auxiliando na compreensão de redes e configurações uma vez que permite revelar características comuns de determinado

grupo social em um dado período histórico, e observar os grupos sociais em suas dinâmicas internas, relacionamentos com outros grupos e com o poder instituído.

Ao refletirmos acerca das origens dos militares nestes movimentos, nos detendo de forma mais aprofundada nas políticas de recrutamento, que no momento em questão passavam por processo de transição, uma vez que o Exército deixava o recrutamento forçado de migrantes rurais, vadios e órfãos, após 1916, e implementava de forma bastante complicada o sorteio militar buscando uma "moralização" de suas fileiras, temos uma maioria de recrutados advindos dos trabalhos urbanos e públicos.

(...) muitos conscritos empregados no comércio eram empregados "subalternos" provenientes das classes "humildes", e aqueles que se voluntariavam tendiam a ter origens ainda mais baixas. As reformas nos quartéis ofereciam a muitos recrutas luxos desconhecido. As memórias de um recruta de 1924 registram que muitos deles nunca tinham ganhado botas, dormido em colchões, ou usado algo como coberta que não fosse uma manta de juta. (BEATTIE, 2009: 317)

Todavia, nos parece bastante plausível pensar na heterogeneidade das classes envolvidas em nossa pesquisa, que se distinguem através da consciência social, cuja tendência à unificação pode manifestar-se em determinados momentos específicos das lutas sociais, pois nem todos os envolvidos nos movimentos compunham as classes subalternas, como por exemplo, os irmãos Juarez, Joaquim e Fernando Távora, ambos envolvidos nos movimentos tenentistas da década de 1920. Filhos de grande fazendeiro cearense, a descendência de sua família possuía vínculos com a nobreza portuguesa por meio do marquês Távora, que se refugiou no Ceará fugindo da perseguição do marquês de Pombal. Ali se fortificaram na política local como opositores dos Acióli (ABREU, 2001).

Do período colonial ao início do século XX, o recrutamento forçado tornou o serviço militar semicoercivo e uma instituição protopenal, na medida em que se aproximava do trabalho escravo com a utilização de castigos corporais, e ainda possuía função de polícia e de sistema carcerário. "Na sociedade oitocentista brasileira, as fronteiras entre escravidão e liberdade eram, muitas vezes, indeterminadas" (SOUZA, 2013: 3).

O recrutamento forçado de pobres, "vadios" e órfãos, um dos grandes tentáculos do controle social, chegou ao fim com a lei de 1916 que implantava o sorteio militar. Porém, antes disso, em 1874 foi aprovada uma nova lei de recrutamento "que estabelecia o alistamento universal e o sorteio para cobrir as vagas não preenchidas pelo voluntariado e pelo reengajamento". Entretanto, os responsáveis pelo alistamento e sorteio eram as juntas paroquiais, dirigidas pelos Juízes de Paz, juntamente com Párocos e Subdelegados. "O resultado foi continuar o serviço pesando totalmente sobre pessoas sem recursos financeiros ou políticos", pois havia isenções especiais para bacharéis, padres, proprietários, caixeiros e etc, além da possibilidade de pagamento e apresentação de substituto, continuando, assim, o recrutamento sendo feito como era antes. A mesma lei de 1874 aboliu os castigos físicos (CARVALHO, 2006: 205-207), todavia a prática continuou na Marinha e Exército, tanto que tivemos a Revolta dos Marinheiros em 1910.

Outro ponto a ser pensado para se compreender as relações entre os soldados é a realização de trabalhos "extra-militares" como a construção de estradas de ferro. Um exemplo é o caso do Ramal de Santo Ângelo, que fazia parte da linha Marcelino Ramos - Santa Maria, no Rio Grande do Sul, construído pelo 1º Batalhão Ferroviário, do qual Luiz Carlos Prestes foi comandante. Em entrevista Prestes nos descreve como era o dia-a-dia nesta construção:

Acordávamos pela manhã, com a alvorada, tomava-se um café (...) Depois que voltavam da instrução ou do trabalho, mais ou menos ao meio-dia, tinham um almoço e, depois do almoço, uma meia hora depois, se iniciava a escola regimental, que ia até as três horas da tarde. Às três horas davam um mate, e todos íamos para o trabalho, inclusive eu, que também ia para o trabalho na construção da linha. Quando voltávamos, à tarde, estávamos todos esgotados do trabalho. Eu exigia trabalho. (...) Na alfabetização eu fiz o seguinte: cada soldado analfabeto entreguei a um soldado que sabia ler (...) eu fiz um primeiro e um segundo grau, preparando os soldados para poderem fazer exame de cabo, com o objetivo de elevar o nível de instrução desse grupo que eu pretendia levar à revolução, queria levar para a luta armada. (PRESTES, 1991: 122-123)

A partir do trecho acima nos questionamos como era mantida os costumes dos quartéis no decorrer dos movimentos de 1924 a 1927 nos acampamentos e marchas e

como se davam as relações entre comandante e comandados. Por outro lado, a importância desse processo de alfabetização desenvolvido por Prestes Neil Macaulay explica:

Quando Prestes concluiu os estudos na Academia Militar, em dezembro de 1919, apenas 25% dos seus conterrâneos sabiam ler e escrever. Essa situação espantosa tinha implicações tanto políticas quanto sociais, uma vez que a alfabetização era uma das condições para votar. Mesmo que as eleições tivessem sido honestas e se o voto fosse secreto, o Governo ainda estaria em situação de ignorar as necessidades da ampla maioria do povo brasileiro. (MACAULAY, 1977: 44-45)

Tendo em vista as reflexões até aqui postas é inevitável não concordar com a necessidade de se repensar o conceito "tenentismo" que caracteriza essas agitações da década de 1920 de forma bastante deficiente, como outros tantos conceitos presentes nos estudos do período da chamada República Velha.

Tenentismo: um debate historiográfico

Pensar em movimentos tenentistas nos obriga a ler o clássico *O sentido do tenentismo* de Virgínio Santa Rosa (SANTA ROSA, 1932) que defende que os tenentes foram a expressão de uma classe média inconformada com a política oligárquica, desejosa de instaurar no país um regime liberal-democrático efetivo. Contudo, como defende Boris Fausto, isso seria o que se costuma chamar de reducionismo classista. Para ele, os "tenentes", deixando claro que o autor utiliza o termo entre aspas para enfatizar que nem todos os integrantes do tenentismo possuíam essa patente (FAUSTO, 2007: XII), quaisquer que fossem suas vinculações com setores da sociedade civil, foram acima de tudo "tenentes", ou seja, membros de corporações militares, predominantemente o Exército, cuja visão de mundo e objetivos se relacionavam com sua socialização naquele âmbito. Valores como a unidade nacional, a crítica ao excessivo federalismo, as restrições ao liberalismo, associados por eles a práticas eleitorais fraudulentas, integram, em maior ou menor grau, o pensamento dos líderes do movimento.

Do ponto de vista social, os "tenentes" reuniam pessoas de origem social diversa, que não pode ser reduzida a uma vaga classificação de "classe média" (FAUSTO, 1972: 31), como propõe Virgínio Santa Rosa.

As dificuldades financeiras se mostram, para Boris Fausto, “como traço relevante para a opção pela carreira militar e, quem sabe, também para o inconformismo” (FAUSTO, 2007: XIV). Segundo McCann, “A taxa de câmbio flutuante e a inflação de preços tornavam o salário dos oficiais insuficientes para manter a família. (...) os oficiais com patentes inferiores à de coronel viviam à margem da classe média” (MCCANN, 2007: 312-313).

Na organização hierárquica do Exército brasileiro no período, os limites de idade para permanência nos postos eram bastante altos, comparado a Exércitos mais modernizados de outros países. Para José Murilo de Carvalho, adicionado este fator às frequentes revoltas dos alunos da Escola da Praia Vermelha no Rio de Janeiro, com a anistia de um ou dois anos depois, fazia com que as tropas revoltosas voltassem, o que contribuía para saturação dos primeiros degraus da hierarquia, primeiros e segundos tenentes, onde, conforme o autor nos mostra em gráfico em seu texto baseado nos Almanques do Exército, concentraram até 1929 mais de 60% da categoria (CARVALHO, 2006: 224-225). Estes fatores, que contribuía para a insatisfação profissional, atrelados às origens sociais e o treinamento desses oficiais, introduziram motivações externas para seu envolvimento em lutas políticas de caráter contestatório (CARVALHO, 2006: 226).

Ao analisarmos as produções historiográficas sobre o tenentismo podemos identificar três correntes principais (PRESTES, 1991: 29). A primeira delas é a iniciada justamente por Virgínio Santa Rosa, que segundo Vavy Pacheco Borges coloca o conceito de tenentismo em uma “categoria sociológica” tendo em vista a presença militar cada vez maior na política brasileira do período (BORGES, 1992: 23), e que aponta os “tenentes” como representantes da revolta da pequena burguesia urbana contra as oligarquias, que tem também como seus representantes Nelson Werneck Sodré, Edgar Carone e Leôncio Basbaum.

No final da década de 1960 e início de 1970 nota-se uma necessidade de pontuar os “tenentes” como expressão de uma instituição, bastante presente nos escritos de Boris Fausto, como já citado. Parece-nos que para o autor os soldados ao adentrarem no Exército incorporam o discurso imposto e passam a ter sua personalidade definida pelo militarismo, deixando de lado suas experiências anteriores, o que não nos parece real.

Outros autores que compartilharam desse discurso foram Edmundo Campos Coelho, José Murilo de Carvalho e José Augusto Drummond.

Segundo Carvalho as Forças Armadas não são simples representantes de determinados grupos sociais, pois “organizações possuem características e vida próprias que não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas”. No caso, as organizações militares, para o autor, possuem certo grau de autonomia em relação ao mundo exterior. Todavia, isso também nos parece um reducionismo, pois não leva em consideração a complexidade humana e suas relações (CARVALHO, 2006: 197). Embora na página seguinte de seu texto o autor pondere: “O estudo dos aspectos organizacionais passo fundamental, embora inicial, para o correto entendimento do comportamento político das Forças Armadas”.

Temos ainda uma terceira corrente historiográfica para o tenentismo, que se aproxima de uma análise mais global, representada por Paulo Sérgio Pinheiro, Anna Maria Martinez Corrêa e Maria Cecília Spina Forjaz. Para Pinheiro a análise do papel dos tenentes deve ser feita através das seguintes dimensões:

a) a situação atual ou recente, na época considerada, dos tenentes no aparelho militar do Estado; b) a relação entre os tenentes e as classes médias (...). Reduzi-lo a uma única das dimensões indicadas seria atribuir um peso exagerado a características que a análise concreta das manifestações do tenentismo poderiam tornar menos significativas do que parece. (PINHEIRO, 1977:53)

Maria Cecília Spina Forjaz, que possui até agora a obra mais extensa sobre o tenentismo, afirma que "o comportamento político ideológico dos tenentes só pode ser explicado pela conjugação de duas dimensões: sua situação institucional como membros do aparelho militar do Estado e sua composição social como membros das camadas médias urbanas." (FORJAZ, 1977: 28)

Por outro lado, nos parece bastante complexo definir o que seriam essas "camadas médias urbanas" e, recorrendo aos estudos acerca do recrutamento no período em questão, haviam grandes possibilidades de boa parte destes "tenentes" terem vindo das camadas mais baixas, algo que buscamos identificar com análise de algumas trajetórias.

Por sua vez, Vavy Pacheco Borges critica a historiografia existente por não refletirem acerca do uso dos termos "tenentismo" e "oligarquia", muitas vezes homogeneizando diferentes agentes históricos:

- em geral, de 22 até 33, mas por vezes levando a continuidade de sua ação até 64 - como se existisse em mesmo e único tipo de intervenção política de militares, ou seja, um mesmo "tenentismo". (...) São-lhe atribuídas diferentes balizas e fases: alguns vêem o "tenentismo" começar com a proclamação da República, embora a maioria veja seu início em 22. O movimento não parece ter unidade, sendo apontadas duas fases distintas, uma "liberal-democrática" até 1930 e uma "autoritária", depois de 30. Contém também dentro de si "esquerda" e "direita". (BORGES, 1992: 230)

Segundo a autora, o termo "tenentes", que foi forjado diretamente na luta política, surge no primeiro semestre de 1931, criado pelos jornais O Estado de S. Paulo e o Diário Carioca em um contexto de luta pelo poder, tendo o tenentismo sido encontrado pela primeira vez definido no artigo "O Caso de São Paulo" de Vivaldo Coaracy (BORGES, 1992: 132-150) De modo generalizante, refere-se a uma "corrente", a um "partido dos tenentes" (BORGES, 1992:20), tendo em vista que a maior parte dos militares envolvidos nos movimentos possuía a patente de tenente. O termo criado tinha conotação depreciativa, tanto que os mais famosos envolvidos, como Cordeiro de Farias, Juarez Távora e Miguel Costa nunca se colocaram como "tenentes" em falas ou memórias. Essa generalização perpassa por todos os envolvidos inclusive civis, chamados de "tenentes-civis".

Vale destacar que este apontamento de "partido dos tenentes", posto, busca definir uma unidade e homogeneidade do "tenentismo". Contudo, isso se faz bastante difícil por conta da atuação contraditória e desarticulada daqueles que são apontados como seus membros.

A dificuldade encontrada pelos construtores do tenentismo em precisar o programa do "momento" parece estar ligada à diversidade de pessoas, grupos e ações que são apontados unificadamente como "tenentistas". O Diário Nacional (em 1931) constrói para o "movimento dos tenentes" uma imagem: o tenentismo é como a "hidra de Lerna". Essa imagem é muito significativa: um só animal assustador, difícil de ser morto porque tem muitas cabeças?! (BORGES, 1992: 153)

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

AQUINO, Laura Cristina M. de. *A participação de batalhões estrangeiros na rebelião de 1924 em São Paulo*. Mestrado em História - PUC, São Paulo, 1995.

BEATTIE, Peter M. *Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945*. Trad. Fábio Duarte Joly. São Paulo: Edusp, 2009.

BORGES, Vavy Pacheco. Tenentes, tenentismo, tenentismo versus oligarquia: reflexões para uma revisão historiográfica. In *Anaes do Museu Paulista*, tomo XXXIV. São Paulo: USP, 1985.

_____. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador in *O Brasil Republicano*, v. 9: sociedade e instituições (1889-1930) - 8ªEd. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.) *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004

CASTRO, Maria Clara Spada de. *Tenentismo em 1924: a participação civil na Revolução Esquecida*. Guarulhos: Monografia de conclusão de curso, 2013.

CORREA, Anna Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador" in PINHEIRO, Paulo Sergio (Org.) *O Brasil Republicano*, v. 9: sociedade e instituições (1889-1930) - 8ªEd. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962.

DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Boris. Paulo Duarte: convicção e polêmica in Apresentação de DUARTE, Paulo. *Agora Nós! Crônica da Revolução Paulista* São Paulo, 2007.

FAUSTO, Boris. *Pequenos Ensaio de História da República*. São Paulo: Cadernos Cebrap, nº 10, 1972.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MACAULAY, Neil. *A Coluna Prestes: Revolução no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

MACCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. Trad. Laura Teixeira Motta. - São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora através do materialismo histórico: passado e presente de um debate aberto. *Outubro*. Nº 21, 2º semestre de 2013.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2002.

PRESTES, Anita L. *A Coluna Prestes*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos: pesquisa social 1922-1946*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1976.

SOUZA, Robério Santos. *"Se eles são livres ou escravos": escravidão e trabalho livre nos canteiros da estrada de ferro de São Francisco. Bahia, 1858-1863*. Doutorado. Unicamp, 2013.

SANTA ROSA, Virgínio. *O Sentido do Tenentismo*. Rio de Janeiro: Civilização, 1932.

Fonte

O caracter da Revolução. *A Plebe*. São Paulo, 28 de jul. 1924, p. 1.